



2004/01/12

A CHINA NO SÉCULO XXI

Pedro Conceição Carvalho

INTRODUÇÃO

A potência que na previsão de muitos analistas pode vir a ser num futuro próximo, a concorrente à partilha do poder global com os EUA é a China, dado o seu enorme potencial humano, a sua dimensão e posicionamento geográficos e o seu crescimento económico.

A China é já hoje a potência mais importante na Ásia Oriental e no Sudeste Asiático. Muitos estudiosos, nomeadamente americanos, pensam que com o fim da Guerra Fria e do conflito leste-oeste que era predominantemente europeu, na nova ordem mundial a centralidade global passou do Atlântico para o Pacífico e que no Pacífico Ocidental se pode já falar numa bipolaridade partilhada entre a potência terrestre chinesa e a potência marítima americana.

A China mantém um contencioso com os EUA em virtude de Taiwan que em momentos de crise surge sempre como uma das maiores ameaças à paz mundial. Depois da integração pacífica de Hong-Kong e Macau, com os estatutos de regiões políticas especiais dentro do princípio, um país dois sistemas, Pequim prossegue o seu projecto irredentista de uma só China que reforçaria o seu papel de potência regional no Pacífico Ocidental.

Inversamente a China continua a enfrentar ameaças cisionistas, nomeadamente no Tibete e no Xinjiang (local possuidor de reservas de hidrocarbonetos e onde está localizada a zona de ensaios nucleares). A aliança anti-terrorista pós 11 de Setembro ao lado dos EUA permitiu-lhe alcançar compreensão da superpotência, ainda que de conveniência conjuntural, para a luta contra os movimentos separatistas nestas repúblicas.

Os EUA têm evidenciado preocupação quanto à eventualidade de surgir uma nova potência liderante na Euroásia. A China poderá não estar vocacionada para esse papel mas pode em substituição, constituir um bloco asiático com a Rússia, a Índia, o Irão e os países turcofonos da Ásia Central. Ficando a dúvida sobre qual o desempenho do Japão.

Assim sendo a pergunta que se coloca no início deste século é: **China, quem és e para onde vais?**

A esta pergunta tentarei dar resposta no âmbito deste breve trabalho.

O principal objectivo estratégico da China é ver reconhecido internacionalmente, o estatuto de leader que ela pretende ocupar a nível regional. Esta procura da legitimidade internacional deverá permitir a Pequim afirmar o renascimento da potência chinesa e justificar no plano interno o lugar ocupado pelo partido comunista. A estratégia seguida passa por três prioridades: o prosseguimento do desenvolvimento económico (ele mesmo fonte do poder militar reforçado), a reunificação da pátria (que equivale ao reconhecimento da potência chinesa) e o combate pela não-ingerência.

O crescimento económico gera poder militar e influência política, mas também pode estimular desenvolvimentos políticos e o aparecimento de um movimento voltado para uma forma de fazer política mais aberta, mais pluralista e possivelmente mais democrática.

A herança confucionista da China, com o acento tónico na autoridade, na ordem, na hierarquia e no primado do colectivo sobre o individual, cria obstáculos à democratização. Entretanto, o crescimento económico está a criar no Sul da China níveis cada vez mais elevados de riqueza, uma burguesia dinâmica, uma acumulação de poder económico fora do controle governamental e uma classe média cada vez mais numerosa. Além disso, os chineses estão cada vez mais em contacto com o mundo exterior nas áreas do comércio, investimento e educação. Tudo isto fornece uma base social para um movimento em direcção ao pluralismo político.

O governo considera a China continental o país-núcleo de uma civilização chinesa em relação a qual todas as outras comunidades chinesas devem orientar-se. Para o governo chinês, os descendentes de chineses ainda que cidadãos de qualquer outro país, são membros da comunidade chinesa e assim em certa medida, sujeitos à autoridade do governo chinês. A identidade chinesa acaba por ser definida em termos raciais.

Os asiáticos, afirmam cada vez mais a validade dos seus valores e instituições e a superioridade das suas culturas quando comparadas com as do ocidente.

Os americanos, tendem a assumir especialmente depois da vitória na Guerra Fria, que os seus valores e instituições são universalmente relevantes e que ainda têm poder para definir as políticas externas e internas das sociedades asiáticas. A repressão sangrenta sobre os estudantes chineses na Praça Tiananmen, estigmatizou a China como regime repressivo, passando a ser vista por muitos como um adversário ideológico e geopolítico.

Em parte devido às dificuldades que ambos os lados têm tido no entendimento da cultura e dos códigos de conduta do outro, raramente se conseguiram levar as relações sino-americanas a um equilíbrio estável durante longos períodos.

No diferendo sobre Taiwan que se arrasta desde o início da Guerra Fria, a posição dos EUA revela alguma ambiguidade. Pois reconhece que a ilha faz parte da soberania da China mas ameaça intervir à mínima tentativa de anexação pela força.

Desde 1972, todos os presidentes americanos confirmaram o seu empenhamento na política de uma China, e a rejeição da política de duas Chinas ou de uma China e um Taiwan, afirmando também a sua firme intenção em encontrar uma solução pacífica para o problema.

Ao mesmo tempo que insiste no princípio sagrado da unificação definitiva, a China não deixa de exprimir em várias ocasiões a sua disponibilidade para adiar uma resolução final, no interesse do seu relacionamento com outros países, especialmente os EUA, desde que Taiwan não apresente uma exigência formal de soberania.

A Taiwan está associado o Mar do Sul da China em cujo espaço a ilha se insere e ao qual os EUA não são alheios, até porque no cerne está a questão do petróleo e há empresas americanas envolvidas. Para Pequim o problema do petróleo é decisivo para as suas aspirações a superpotência e daí o seu empenhamento nesta zona.

Mas o contencioso sino-americano no Mar do Sul da China não se resume ao petróleo e ao controlo das ilhas Spratley e Paracel. A segurança das rotas marítimas é fundamental para os EUA e para a China pois, é por lá que passam as rotas comerciais de reabastecimento em direcção à Ásia/Pacífico, nomeadamente a ela própria e ao Japão, e é por esta via que tem acesso ao Golfo Pérsico. É considerado o corredor marítimo mais frequentado do planeta.

Para a China há também a defesa da sua costa sudeste, para a qual o Mar do Sul da China constitui o escalão avançado. Essa faixa costeira, onde se situa a zona motora do desenvolvimento económico foi sempre, ao longo da história o ventre mole através do qual a China sofreu os vários ataques das potências marítimas.

CHINA versus EUA

A posição de Washington face a Pequim é paradoxal, porque por um lado é o seu maior competidor geoestratégico, mas por outro é um grande mercado incontornável para a sua economia nesta nova era da globalização.

Com base na ideia de que num mundo composto por democracias não pode haver inimigos, existe a convicção de que a multiplicação de contactos sobre comércio, ambiente, ciência e tecnologia fortalecerão a tendência para a cooperação internacional e para o pluralismo interno.

Um ponto de vista oposto têm os que consideram a China um adversário inevitável (de momento devido a Taiwan, depois por causa do Pacífico Oeste e com o tempo com vista ao equilíbrio global) e moralmente problemático. Assim de acordo com esta escola de pensamento, os EUA não devem proceder como se a China fosse um parceiro estratégico, mas tratá-la como um rival e um desafio, reduzindo os intercâmbios comerciais tanto quanto possível a produtos não estratégicos, criando uma aliança de estados asiáticos para refrear a China ou caso isso não seja possível, armar o Japão para ajudar os EUA a partilhar o fardo de defesa da Ásia e de contenção da China.

Uma política americana sensata esforçar-se-á por alimentar relações de cooperação com todos os países significativos da Ásia e procurar mostrar à China que essa oposição à hegemonia é substituível por um relacionamento construtivo e que os EUA facilitarão ao invés de obstruir, a participação chinesa numa ordem internacional estável.

Pequim apercebeu-se, com as intervenções dos EUA pós-Guerra Fria no Golfo, nos Balcãs e no Afeganistão, que a sua inferioridade militar é abismal. Assim decidiu investir em força na modernização das suas forças armadas. Está a munir-se de um forte e moderno aparelho militar, de que são exemplo a constituição de corpos profissionais, tem adquirido à Rússia recentemente, material de guerra da última geração, destacando-se meios navais e aéreos, enquanto continua a

desenvolver a sua capacidade tecnológica e nuclear, bem como o seu programa espacial.

Preocupante também para os estrategas chineses é o posicionamento de tropas americanas à volta do Afeganistão, facto que constitui para os EUA uma oportunidade rara para estabelecer uma presença militar a longo prazo na região. Qualquer que seja o motivo (ameaça chinesa antes do 11 de Setembro ou combate contra o terrorismo internacional depois dessa data) para a China, o resultado é o mesmo e corresponde a uma influência maior e considerada negativa dos EUA na Ásia. Para os analistas chineses, a capacidade de os EUA controlarem directa ou indirectamente o conjunto da massa continental nas costas da China, é assim muito preocupante, pois obriga-os a reconsiderar as prioridades que haviam definido na sequência do fim da Guerra Fria. Enquanto os meios instrumentais das forças chinesas continuam muito limitados, Pequim no desenvolvimento das suas capacidades militares, procedeu a escolhas em função das prioridades estratégicas. Entre estas e desde o afundamento da URSS, a necessidade de manter forças maciças no perímetro continental Norte e Noroeste do país, não aparecia mais como uma necessidade. Ora o reforço da presença ou da influência americana nos campos militar, económico ou diplomático ao longo de um arco que poderá ir da Rússia à Índia, alterou totalmente estes dados. Para Pequim, a China encontra-se hoje confrontada com um risco real de cerco. Este risco de uma dupla frente é justificado pelo facto que mesmo sem um envolvimento directo, Washington não poderá aceitar, sem vigilância uma zona potencialmente instável. A China será assim, sem dúvida obrigada a afectar meios ainda muito limitados a outros objectivos, para além do reforço das suas capacidades de projecção e controlo marítimo, que haviam sido a grande prioridade dos estrategas chineses, no contexto muito favorável do pós-Guerra Fria.

Aliás esta ameaça de cerco da China posiciona-se para Pequim, não só ao longo do arco continental, mas igualmente pelo sul e leste do país. O seu receio face ao reforço da cooperação militar entre os EUA e o Japão e a lógica da manutenção das bases americanas, nomeadamente na Coreia da Sul, está hoje renovada. Repousando numa outra motivação que não a de responder à ameaça chinesa, esta lógica escapa em grande parte aos meios de pressão usados por Pequim.

Mas os estrategas chineses inquietam-se igualmente com o reforço da cooperação e da presença americana no Sudeste Asiático, das Filipinas a Singapura, passando pelo Camboja e a Indonésia (que ao ser o maior produtor regional de petróleo valeu-lhe grande relevância por parte dos EUA).

Os EUA intensificaram então as operações de vigilância sobre a China e reforçaram a sua actividade militar (recordando os tempos da Guerra Fria), no decorrer da qual se verificou o incidente que provocou a crise (séria) entre os dois países, resultante do choque entre um avião de reconhecimento americano e um caça chinês.

Empenharam-se no levantamento de um sistema de defesa antimíssil, visando essencialmente a China, embora invoquem a ameaça dos Estados párias.

A pergunta que se coloca é: será ou não inevitável o confronto entre a superpotência e a mais forte candidata a?

Os EUA poderão ser tentados, antes de a China atingir o estado de superpotência que os relatórios dos serviços de informações prevêem, para daqui a cerca de vinte e cinco anos.

Poderão desencadear uma guerra com todas as características de uma guerra preventiva, com a finalidade de evitar que a China consiga alcançar o estado de paridade militar, batendo-se com ela numa situação de grande superioridade. Para tal, terão primeiramente de tornar-se invulneráveis contra as armas nucleares chinesas. Portanto, só estarão em condições de provocar o conflito depois de o sistema antimíssil atingir a operacionalidade.

A China nos seus estudos de informações, deve ter chegado a esta possibilidade e certamente prepara-se para ela. Preparação esta que trilhará duas direcções simultâneas: aumentará o número dos seus mísseis, tendo em vista conseguir a saturação do escudo antimíssil americano, neutralizando-o, pelo menos enquanto ele tiver uma capacidade limitada de intercepção de mísseis atacantes e intensificará esforços para a partir de um atraso tecnológico considerável, em relação ao seu opositor, levantar o seu próprio sistema antimíssil.

Além disto, a China desenvolverá uma estratégia negocial com as potências da Ásia/Pacífico, no sentido de constituírem um bloco político e económico capaz de lhes assegurar o desenvolvimento e a importância política a que se julgam com direito no conjunto internacional, sob a sua liderança, cuja capacidade económica, potência demográfica, extensão territorial, a que acrescentará o potencial militar, justificarão.

Influenciará as outras potências regionais pelo mercado sem fim que constitui e com a colaboração

das suas importantes e numerosas diásporas nelas implantadas, procurará um entendimento com o Japão, acenando-lhe também com a possibilidade de resolver o problema de escoamento para os bens que produz.

CHINA versus ÁSIA

A política externa da China é paciente e de longo alcance. É muito provável que visto de Pequim, o desafio geopolítico não seja a conquista de países vizinhos, mas apenas a necessidade de evitar que um conjunto deles se volte contra a China. Será ainda menos do interesse dos dirigentes chineses provocar os EUA, o país mais distante e aquele que historicamente nunca ameaçou a unidade da China nem a sua integridade. Claro que nas suas declarações públicas, os chineses criticam frequentemente as alianças militares americanas na Ásia, conferindo verosimilhança à tese de que o objectivo da China a longo prazo é minar o papel americano e a sua presença na região.

Nenhum dirigente chinês prudente se arriscaria de ânimo leve a um confronto com a maior potência militar do mundo, nesta altura do desenvolvimento chinês. Além disso a China moderna fez uma enorme aposta no sistema económico internacional, o que gera uma forte motivação para não pôr em causa o status quo na Ásia.

Primeiro país em desenvolvimento destinatário de investimentos estrangeiros, a China poderá amanhã sofrer política, económica e socialmente de uma relativa desafecção dos mesmos. E isso, até porque os investimentos que a China tem hoje mais necessidade, não são das comunidades chinesas do ultramar (geralmente concentrados nas zonas costeiras às quais estão historicamente ligadas), mas muito mais dos seus parceiros ocidentais ou japoneses, mais sensíveis às flutuações estratégicas.

Apesar de integrada na economia mundial, a Ásia não tem uma estrutura regional capaz de mitigar a instabilidade dessa economia, nem um sistema de segurança financeiro para além da força das diversas economias nacionais que a compõem.

Ainda não surgiu um bloco económico asiático, apesar de já ter havido algumas propostas japonesas nesse sentido e de até haver movimentos incipientes para a formação de uma zona asiática de comércio livre, apoiados pela China e pelo Japão. As mútuas desconfianças nacionais continuam a ser excessivas e os níveis de desenvolvimento excessivamente díspares, para permitirem um equivalente asiático da União Europeia no médio prazo.

Um conflito com os EUA proporcionaria a todos os países que circundam a vasta periferia chinesa, a liberdade de perseguirem as suas diversas ambições e reivindicações. É muito mais prudente para a China, implementar o princípio básico da sua tradicional arte de governar. Suscitar intrigas dos bárbaros mais distantes contra os mais próximos.

A China enfrenta vizinhos militarmente significativos como a Índia, o Vietname, o Japão, a Rússia e as duas Coreias, cada um dos quais seria difícil de vencer individualmente e mais ainda integrado numa aliança. Isto impõe à China uma diplomacia que no mínimo, não ameace todos os seus vizinhos simultaneamente.

A fronteira entre a China e a Índia tem sido fonte de disputas ao longo de mais de meio século e já antes disso era contestada pela China imperial e pelos governadores ingleses na Índia.

Presentemente Caxemira encontra-se dividido entre o Paquistão, a Índia e a China e o futuro poderá passar por múltiplas soluções. Integração total na Índia ou no Paquistão, partilha definitiva e integração nos Estados pretendentes com uma demarcação de fronteiras aceite por todos ou constituição de um Estado independente de Caxemira unificado.

O conflito de Caxemira alastrou a sua complexidade regional, com a China a apoiar o Paquistão em resposta à ajuda que a Índia dá aos separatistas do Tibete, mas que choca com o apoio do Paquistão aos separatistas do Xinjiang chinês.

Desde a chegada ao poder de Bush, tem-se notado uma evolução muito positiva nas relações indo-americanas. O que preocupa Pequim, pois uma Índia apoiada pelos EUA pode controlar o Paquistão.

A península indochinesa é especialmente sensível, dado estar colocada entre os dois colossos milenares, Índia e China. Representa uma área que ambos consideram o seu prolongamento natural e que está por isso sujeita a uma pressão permanente.

O Vietname mostrou a sua bravura militar e o seu nacionalismo feroz nas guerras contra a França, os EUA e a China, exercendo desde sempre uma espécie de domínio sobre os seus vizinhos, Laos

e Camboja.

Dado a diminuição da sua capacidade militar em relação à da China, procurou parceiros para contrabalançar o poder chinês, normalizando as suas relações com os EUA em especial e ingressando na ASEAN.

A emergência da China despertou os receios japoneses, conferindo um ímpeto inteiramente novo aos seus conceitos estratégicos. Assim a filosofia do Japão passa por duas contingências contraditórias: a desintegração da China, como resultado da sua incapacidade de absorver as consequências da modernização e o poder crescente da China, se a modernização for bem sucedida. Em qualquer dos casos, o Japão tem de começar a construir barreiras às possíveis aspirações hegemónicas chinesas ou então evitar ser um mero espectador de uma catástrofe chinesa interna, que iria certamente atrair potências exteriores. A importância que confere a estes objectivos fica demonstrada pelo padrão dos seus investimentos na Ásia, os quais traçam uma linha na periferia da China, desde Taiwan até ao Vietname e ao Uzbequistão, a partir da qual o poder chinês pode ser refreado ou influenciado, conforme as circunstâncias.

A aliança militar nipo-americana poderá também servir para contrabalançar e conter a China.

É concebível que o Japão possa gradualmente, concordar em redireccionar a aliança para esta finalidade. Tal dependerá da confiança que o Japão tiver: na capacidade global americana de se manter como a única superpotência mundial e de manter a liderança activa nos assuntos mundiais; no empenhamento americano em manter a sua presença na Ásia e opor-se activamente aos esforços da China para expandir a sua influência; na capacidade dos EUA e do Japão, para conterem a China sem custos elevados (em termos de recursos) ou altos riscos (em termos de guerra).

A posição japonesa no que diz respeito a alianças, tem sido basicamente seguidista e de alinhamento com a potência dominante.

Porém dada a proximidade da sua ligação ao continente (ao qual deve muitos dos principais elementos da sua cultura), o Japão recusar-se-á a ver as suas alternativas relativamente à China antecipadamente limitadas por qualquer outro país, por mais próxima que seja a sua aliança com ele. Prefere tomar toda e qualquer decisão por via do consenso, a tomá-la por confronto.

A Rússia embora mantenha um arsenal nuclear e disponha de algumas tecnologias avançadas, atingiu um ponto de debilidade tal que as prioridades de Putin são: a recuperação da economia russa; a restauração da Rússia enquanto grande potência (munida de uma forte coesão interna), de preferência através da cooperação com os EUA, mas se necessário, pela criação de centros de poder contrabalançadores em conjunto com a China ou com a Europa; combater o fundamentalismo islâmico e estabelecer um novo relacionamento de segurança com a Europa, com destaque especial para a expansão da OTAN para os estados bálticos.

À longa fronteira russa com a China (muito parcamente povoada do lado da Rússia) é inerente a facilidade com que pode ser transposta, o que tem ocorrido ao longo de toda a história. Nenhum dos países confiará a segurança destas fronteiras, à boa vontade do outro.

A Coreia situa-se na confluência dos interesses de várias potências importantes (EUA, Rússia, Japão e China) e nem a China nem o Japão estão ansiosos por uma rápida reunificação (herdeira da tecnologia nuclear e de mísseis da Coreia do Norte). Ambos tem ainda bem presente, as invasões lançadas sobre os seus territórios a partir do solo coreano.

A China defende para já uma península coreana desnuclearizada, usando-a como instrumento de pressão para forçar a retirada das armas nucleares americanas da Coreia do Sul. O Japão por sua vez pretende que as tropas americanas permaneçam na Coreia do Sul, como elemento importante para o equilíbrio asiático, tanto mais que a sua retirada tornaria internamente complicada a manutenção das bases americanas no Japão.

Os países asiáticos nunca reconheceram a existência de uma ameaça comum, dado que têm pontos de vista totalmente diferentes sobre o que constitui um perigo para a sua segurança. Alguns temeram a Rússia ao longo da sua história, outros preocupam-se principalmente com a China, outros ainda sentem-se apreensivos com o renascer do Japão, alguns países do Sudeste Asiático consideram o Vietname o maior perigo. A Índia e o Paquistão estão obcecados com a ameaça que cada um deles constitui para o outro.

Qualquer aumento do poder de um dos países asiáticos, produz ajustamentos compensatórios em todos os que têm capacidade de cuidar da sua própria segurança. Daí que por toda a Ásia, os

gastos com a defesa tenham crescido de forma constante.

Uma chamada de atenção para a problemática do nuclear nesta região, que é a mais nuclearizada do mundo, da qual as únicas potências nucleares ausentes são a União Europeia e Israel.

Do ponto de vista da segurança, os países da Ásia coexistem simultaneamente em dois mundos diferentes. No que diz respeito às movimentações gerais de poder, todos eles se abrigam sob a protecção do equilíbrio global proporcionado pelos EUA. No entanto, muitos definem a sua contribuição para esse equilíbrio através de uma doutrina de não-alinhamento, que evita o estabelecimento de laços políticos formais com os EUA, permitindo-lhes até participar em medidas concebidas para enfraquecer a alegada supremacia americana.

No Afeganistão como no Paquistão, na Rússia ou na Ásia Central, uma das consequências dos atentados do 11 de Setembro foi pôr em evidência a grande fragilidade das estratégias de aliança estabelecidas por Pequim na altura, para lutar contra a hegemonia americana.

A menos que a sua sobrevivência seja directa e claramente ameaçada, os países asiáticos não se mostrarão dispostos a aderir a uma cruzada que os agrupe.

A confluência destes elementos não permite que aos EUA adoptarem uma abordagem uniforme, na tentativa de construção de uma ordem internacional para a Ásia.

A China foi a potência dominante no Extremo Oriente durante dois milénios. Actualmente, os chineses reafirmam cada vez mais a sua intenção de retomarem o seu papel histórico e de apagarem das suas mentes o longo século de humilhação e de subordinação ao ocidente e ao Japão, que começou com a imposição britânica do Tratado de Nanquim.

Se o desenvolvimento económico continuar por mais duas a três décadas, como parece possível e se a China mantiver a unidade durante o período da sucessão, como parece provável, os países do Extremo Oriente e o mundo irão reagir ao crescente papel afirmativo do maior actor da história da humanidade.

Geralmente, os Estados reagem de um modo ou numa combinação de dois modos ao aparecimento de um novo poder. Sós ou em coligação com outros Estados que tentam garantir a sua segurança, procurando contrabalançar esse novo poder, contendo-o e se necessário indo para a guerra para o derrotar. Como alternativa, os Estados podem aliar-se ao novo poder acomodando-se e assumindo uma posição secundária ou subordinada em relação a este, na esperança de que os seus interesses vitais sejam protegidos. Podem ainda procurar encontrar uma mistura de equilíbrio e seguidismo, embora corram o risco de antagonizarem o Estado-núcleo e de não conseguirem protecção contra ele. De acordo com a teoria das relações internacionais do ocidente, o equilíbrio de poderes é normalmente a opção mais desejável e de facto, tem sido mais usada do que o seguidismo.

CONCLUSÃO

Respondendo à questão inicial, em jeito de conclusão, penso que a China poderá dentro de três décadas ombrear com os EUA pelo domínio mundial. Mas para tal, terá ainda de transpor importantes obstáculos como: o "livre acesso" ao petróleo; o prosseguimento como até aqui, do seu desenvolvimento económico; uma melhor repartição da riqueza entre as gentes do litoral e do interior; a resolução de questões tidas como internas (Tibete, Xinjiang, mas também Taiwan); uma democratização política traduzida por um pluralismo interno e por uma mentalidade mais aberta por parte da nova classe dirigente e a construção de um bloco económico asiático, valendo-se para tal das inúmeras diásporas espalhadas por todo o continente.

Os EUA por seu turno, têm demonstrado toda a sua superioridade militar desde a Guerra do Golfo, face às demais potências mundiais e não é certo que a venha a perder. O seu posicionamento à volta do Afeganistão, para além da guerra ao terrorismo internacional (Al Qaeda), visa sobretudo a manutenção de uma forte presença no continente, tido por todos como o principal no xadrez mundial. Países como a Índia, o Japão, a Rússia e as duas Coreias terão uma importante palavra a dizer, no des(equilíbrio) da balança do poder mundial. E os EUA, tudo farão para que a aliança com o Japão continue a ser a base mais sólida da sua política asiática e certamente conduzirão uma política externa compatível com os objectivos nacionais destas nações e cujos propósitos sejam compatíveis com os seus.

Apesar de valores, de instituições e de culturas diferentes e de conflitos de interesses geopolíticos e geoestratégicos, o confronto entre a China e os EUA será o último recurso a ser utilizado, pois criará uma situação na qual ambos os lados perdem. O diálogo político tentará por certo ajustar as suas

divergências e identificar interesses paralelos, uma vez que vários são os pontos que carecem de uma resolução, como por exemplo: a manutenção de bases americanas na Ásia; a reunificação coreana; o alastramento das armas nucleares e as questões de Caxemira e do Irão (no Médio Oriente).

BIBLIOGRAFIA

- Adriano Moreira, Teoria das Relações Internacionais, Coimbra, Almedina, 2002
- Anne Carol, Jean Garrigues, Martin Ivernel, Resumo de História do Século XX, Lisboa, Plátano, 1999
- Carlos Santos Pereira, Os Novos Muros da Europa, Lisboa, Cotovia, 2001
- Henry Kissinger, Diplomacia, Lisboa, Gradiva, 1996
- José Adelino Maltez, Curso de Relações Internacionais, Cascais, Principia, 2002
- José Alberto Loureiro Santos, Reflexões sobre Estratégia II, Mem Martins, Publicações Europa-América, 2001
- Joseph S. Nye Jr., Compreender os Conflitos Internacionais, Lisboa, Gradiva, 2002
- Manuel Gonçalves Martins, Relações Internacionais, Lisboa, Sintra, 1995
- Maurisse Vaisse, As Relações Internacionais desde 1945, Lisboa, Edições 70, 1997
- Pascal Boniface, Dicionário das Relações Internacionais, Lisboa, Plátano, 2001
- Paul Kennedy, Desafios para o Século XXI Vol. I e II, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1993
- Paul Kennedy, Ascensão e Queda das Grandes Potências, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1997
- Samuel P. Huntington, O Choque das Civilizações e a Mudança na Ordem Mundial, Lisboa, Gradiva, 2001

13 TEXTOS RELACIONADOS:

2011/01/25

A CIMEIRA EUA/CHINA

Alexandre Reis Rodrigues

2009/11/22

A DESLOCAÇÃO DE OBAMA À ÁSIA ORIENTAL E O MUNDO PÓS-AMERICANO

Alexandre Reis Rodrigues

2008/06/16

A CHINA E A GLOBALIZAÇÃO DO MUNDO

Alexandre Reis Rodrigues

2008/05/26

R2P

Alexandre Reis Rodrigues

2008/04/30

CHINA: UM PAÍS, DOIS MUNDOS

Fábio Pereira Ribeiro (Brasil)[1]

2008/04/27

VAI MUDAR A POLÍTICA CHINESA EM RELAÇÃO AO TIBETE?

Alexandre Reis Rodrigues

2008/03/31

BREVE APONTAMENTO DA HISTÓRIA DO CONFLITO TIBETANO[1]

Alexandre Reis Rodrigues

2008/03/20

O TIBETE E O “CRESCIMENTO HARMONIOSO” DA CHINA (1)

Alexandre Reis Rodrigues

2007/05/15

O CRESCIMENTO DA CHINA. AMEAÇA AO MUNDO?

Alexandre Reis Rodrigues

2007/01/30

O CRESCIMENTO “PACÍFICO” DA CHINA

Alexandre Reis Rodrigues

2007/01/11

O MAIOR EXÉRCITO DO MUNDO

Alexandre Reis Rodrigues

2005/10/28

RUMSFELD E O “PERIGO” CHINÊS

Alexandre Reis Rodrigues

2005/03/24

O PERIGO CHINÊS

Alexandre Reis Rodrigues